



# Maré, um complexo de aterros<sup>1</sup>

Ana Luiza Nobre

Ana Luiza NOBRE 

PUC-Rio; Departamento de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-graduação em Arquitetura; nobre@puc-rio.br

NOBRE, Ana Luiza. Maré, um complexo de aterros. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 20, e 589, out. 2025

data de submissão: 06/10/2025

data de aceite: 05/12/2025

DOI: 10.51924/revthesis.2025.v10.589

<sup>1</sup> Este texto resulta de pesquisa conduzida no âmbito da pesquisa "Cartografias críticas do chão", realizada com apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa, processo número 313711/2021-6). Versões anteriores foram apresentadas em 2024 no Centro Maria Antonia da USP, no VIII Enanparq e no evento Ar Livre Arte Livre 2/ Temporary Art Platform. Devo muitas ideias aqui articuladas a visitas a Maré em companhia de parceiros/as e amigos/as do Observatório de Favelas e Redes da Maré, em especial Lino Teixeira, João Sousa e Silva, Maurício Dutra e Brenda Vitória. Agradeço também a Rodrigo de Faria, que me soprou o Parque Urugumirim, e aos/as alunos/as que me acompanharam e discutiram o tema comigo, em diferentes ocasiões, especialmente Daniel Lavinas, Millene Palha, Carlos Saul Zebulun e toda a turma do meu curso sobre "Chãos ferais", no PP-GArq/PUC-Rio, em 2024.

**Contribuição de autoria:** Concepção; Metodologia; Validação; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: NOBRE, A. L.

**Conflitos de interesse:** A autora certifica que não há conflito de interesse.

**Financiamento:** CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa, PQ-2, Número do processo: 313711/2021-6)

**Uso de I.A.:** MidJourney.

**Editores responsáveis:** Ana Claudia Cardoso e Isis Pitanga.



### Resumo

Este trabalho parte do cruzamento entre dois dos maiores aterros do Rio de Janeiro - o Parque do Flamengo e o complexo de favelas da Maré, ambos construídos sobre a Baía de Guanabara no último século - com o intuito de ampliar a discussão sobre processos de colonização/modernização/urbanização de uma cidade que vem mantendo lógicas de dominação expressas na sua atual configuração socioespacial, mas ao mesmo tempo sustentando, em contraposição, práticas de territorialização e comunalização firmemente aterradas. Com base na articulação entre pesquisa bibliográfica, consulta a acervos públicos e privados e visitas de campo, o chão da Maré emerge assim como um complexo de múltiplas camadas ligadas à formação histórica, territorial, política e paisagística da cidade, bem como uma bioinfraestrutura que dá suporte a modos multiformes e multiespécies de resistências criativas.

**Palavras-chave:** Maré, Parque Urucumirim, Parque do Flamengo, chão, aterro, infraestrutura

### Abstract

*This work begins with the intersection of two of Rio de Janeiro's largest landfills—Flamengo Park and the Maré favela complex, both built on Guanabara Bay in the last century—to broaden the discussion on processes of colonization/modernization/urbanization in a city that has maintained logics of domination expressed in its current socio-spatial configuration, but at the same time sustains, in contrast, practices of firmly grounded territorialization and communalization. Based on bibliographic research, consultation of public and private collections, and field work, the grounds of Maré thus emerge as a complex of multiple layers linked to the city's historical, territorial, political, and landscape formation, as well as a bioinfrastructure that supports multiform and multispecies modes of creative resistance.*

**Keywords:** Maré, Urucumirim Park, Flamengo Park, ground, landfill, infrastructure

### Resumen

*Este trabajo parte de la intersección de dos de los vertederos más grandes de Río de Janeiro —el Parque Flamengo y el complejo de favelas Maré, ambos construidos en la Bahía de Guanabara el siglo pasado— para ampliar el debate sobre los procesos de colonización, modernización y urbanización en una ciudad que ha mantenido lógicas de dominación expresadas en su configuración socioespacial actual, pero que, al mismo tiempo, sostiene, en contraste, prácticas de territorialización y comunalización firmemente arraigadas. Basándose en investigación bibliográfica, consulta de colecciones públicas y privadas y visitas de campo, el suelo de Maré emerge así como un complejo de múltiples capas vinculadas a la formación histórica, territorial, política y paisajística de la ciudad, así como una bioinfraestructura que sustenta modos multiformes y multiespecíficos de resistencia creativa.*

**Palabras-clave:** Maré, Parque Urucumirim, Parque do Flamengo, suelo, vertedero, infraestructura

## Introdução

**G**randes movimentos de terra são intrínsecos ao processo de urbanização do Rio de Janeiro, cidade cuja instalação e expansão está ligada a um contínuo de aterros, drenagens de pântanos e aberturas de túneis. (Abreu, 1997). Entre as áreas costeiras aterradas, o Parque do Flamengo, inaugurado em 1965, costuma ser destacado como obra exemplar do ponto de vista arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Construções míticas em torno dele alimentaram, no entanto, assimetrias que já não podem ser desconsideradas. Foram mantidos à margem das histórias, cartografias e políticas urbanas outros aterros também construídos à beira da Baía Guanabara, porém mais distanciados do centro urbano. No complexo da Maré – um bairro formado oficialmente por 15 favelas onde hoje vivem cerca de 140 mil pessoas, das quais 62,1% se autodeclararam negras (Silva, 2024)<sup>2</sup> - esse processo assumiu uma dimensão particularmente crítica, como expressão inequívoca de políticas urbanas segregacionistas, de par com um racismo ambiental tantas vezes negado ou negligenciado no Brasil (Paes e Silva, 2012).

A aproximação entre esses dois aterros cariocas - que são em parte contemporâneos - é, por isso, tão inevitável quanto reveladora. É sintomático, por exemplo, o silêncio historiográfico em torno do Parque Urucumirim, cujo projeto antecedeu o Parque do Flamengo e teria sido construído na Maré sobre grandes aterros e remoções. E tudo indica que a construção da história da comunidade ribeirinha que é a Maré não pode deixar de lado a construção material e política dos seus aterros.

O artigo se estrutura em quatro seções. Na primeira, são aproximados os processos que deram origem ao Parque do Flamengo e ao que é hoje chamado de Complexo da Maré, com ênfase no projeto não realizado para o Parque Urucumirim, da década de 1950. Na segunda seção, o arco histórico se amplia com os primeiros aterros na região, na década de 1920, e o Programa Promorar, um marco em termos de aterros e erradicação das palafitas mareenses, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980. São identificadas aí diferentes estratégias de desterro, por um lado, e resistência, por outro, consumadas na construção material e política dos aterros. Na terceira seção, são discutidos aspectos positivos e negativos da arquitetura das palafitas, e os impactos socioambientais de uma favela palafítica sobre a Baía de Guanabara.

<sup>2</sup> O assim chamado Complexo da Maré, reconhecido como Bairro em 1994, é formado oficialmente por Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Parque Rubens Vaz, Parque Roquete Pinto, Parque União, Nova Holanda, Praia de Ramos, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Novo Pinheiro (este, mais conhecido como Salsa e Merengue). A inclusão da comunidade de Marcílio Dias (ou Kelson 's) é controversa: em função da descontinuidade territorial, não é reconhecida formalmente desde a definição do Bairro (através da Lei municipal 2119, de 19 de janeiro de 1994), embora conste do Censo Populacional da Maré, realizado em 2013 por duas das associações civis mais atuantes na região (Redes da Maré e Observatório de Favelas). Não há consenso entre moradores a respeito. Ver Redes da Maré. *Censo Populacional da Maré*. e Bastos, Lucivaldo Dias e Drach, Patrícia Regina Chaves. "Mapeamento do processo de evolução urbana do Complexo da Maré, Rio de Janeiro". )

Por fim, a última seção invoca a potência inscrita no chão da Maré hoje, entendido ao mesmo tempo como um arquivo vivo e uma *bioinfraestrutura* (Puig de la Bellacasa, 2014).

## **Entre o “Ibirapuera carioca” e “o Aterro”**

O que viria a ser o Parque do Flamengo tem origem numa megaoperação de desterro que envolveu o arrasamento quase completo de um morro central na geografia e na história da cidade (o Morro de Santo Antônio), a remoção da favela ali existente e o deslocamento de toneladas de terra que cruzaram o centro da cidade em caçambas e foram compactadas e niveladas à beira-mar, numa empreitada verdadeiramente faustiana. E foi graças à ação de uma mulher - Lota de Macedo Soares -, que os mais destacados profissionais da época (Affonso Eduardo Reidy, Roberto Burle Marx, Luiz Emydio de Mello Filho, Sérgio Bernardes e outros), foram mobilizados para converter um conjunto de vias expressas destinado a viabilizar a expansão urbana e rodoviarista em direção à zona sul, ao longo da orla, num parque público de 7 km de extensão e cerca de 1.200.000 m<sup>2</sup>, dotado dos mais icônicos equipamentos culturais, esportivos e de lazer da cidade (entre eles uma praia artificial e o icônico Museu de Arte Moderna / MAM, também projetado por Affonso Eduardo Reidy). O processo de construção do parque foi tão conturbado que a morte de Lota, dois anos após a inauguração, não pode ser dele desvinculado. Mas o investimento político, econômico e projetual garantiu sua consagração como obra moderna exemplar, imediatamente tombada a nível federal e amplamente celebrada pela historiografia arquitetônica e urbanística no Brasil e exterior. (Pereira, 2015).

Enquanto o Parque do Flamengo segue sendo glorificado - a ponto de ser até hoje mais comumente referido como “o Aterro” -, persiste, no entanto, uma lacuna expressiva de atenção aos aterros da Maré que lhe são em parte contemporâneos. Aí, camadas e camadas de aterro foram simplesmente despejadas sobre a água, sem outra preocupação ou investimento senão a criação de terras urbanizáveis - i.e, capitalizáveis, acompanhando o surto industrial da região. A despeito da sua importância como raros espaços públicos de lazer, festa, trabalho e sociabilidade dos subúrbios cariocas, todas as praias da grande enseada de Inhaúma, por exemplo, foram sacrificadas (Barbosa et al, 2021). E o quadro se torna mais complexo quando se considera que muitas vezes os aterros resultaram





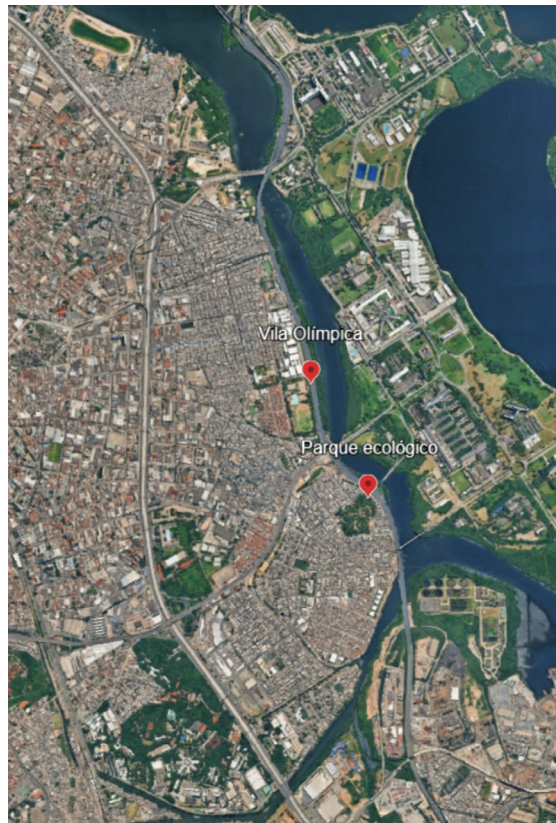


Figura 02  
Localização das duas maiores  
áreas verdes públicas na Maré.  
2025. Fonte: Google earth.

<sup>3</sup> Os projetos de alinhamento, ou PAs, como são mais conhecidos, são “instrumentos de intervenção urbanística especialmente destinados ao planejamento e implantação dos logradouros (vias e áreas públicas em geral) da cidade”. Cf *Manual para elaboração de Projetos de Alinhamento na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, PCRJ/SMU, 1996. p. 13. Para consulta aos PAs, ver <https://acervoimagens.rio.rj.gov.br/consulta-Principal.asp>

<sup>4</sup> “Parque Ibirapuera do Rio vai chamar-se Uruçu-Mirim” in: *Correio da Manhã*, 16 dez 1958, p.9.

waldo Vasconcelos e Hermínio de Andrade e Silva, do corpo técnico da Prefeitura, e está registrado no PA/Projeto de Alinhamento<sup>3</sup> 5343, de 1950, como “área destinada pela Prefeitura do Distrito Federal para parque e futura feira de amostras permanente”. Posteriormente, no PA/Projeto de Alinhamento 7171, de 1958, a área já aparece como “Parque Uruçumirim” (Figura 03). Nas palavras do então diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, engenheiro José de Oliveira Reis, a ideia era criar aí um “Ibirapuera carioca”<sup>4</sup> onde seriam concentradas as exposições comemorativas do IV Centenário de Fundação da Cidade, em 1965. Mas segundo ele, “para fazer uma festa, deve-se limpar a casa”. Sendo que a “limpeza”, no caso, tinha claro acento higienista, incluindo remoções:

“Dentro do Uruçumirim haverá parque de diversões, bosque, gramado para crianças brincarem, tres prédios para exposições permanentes, que serão inaugurados com as exposições do IV Centenário. Uma comissão ainda não designada pelo prefeito (...) cuidará dos planos internos do Uruçumirim ainda não estudados. No canal que ficará entre a Ilha Universitária e o Continente haverá o espaço de um quilometro e meio de extensão por 200 metros de largura para remo, passeios de barco etc. (...) Com a dragagem do fundo da baía de Guanabara, a terra removida será usada

no aterro do Urugumirim. O restante do aterro virá de morros próximos, nos bairros de Olaria e Bonsucesso. A favela de Ramos será removida. A praia de Ramos será dragada e limpa. Uma rampa de areia artificial será colocada para embelezá-la. A pista da Guanabara passará ao largo da praia, sobre o mar, em pilotis, proporcionando o embelezamento do lugar. (...) Outro objetivo do Urugumirim será modificar a paisagem árida das vizinhanças da Cidade universitária e impedir que as indústrias cheguem a tomar conta do local e levem suas fábricas, com chaminés e fumaça, para vizinhança das novas Faculdades, cujo ambiente precisará muito de calma.”<sup>5</sup>

<sup>5</sup> “Rio quando fizer 400 anos vai ganhar o Urugumirim: presente de aniversário” in: *Jornal do Brasil*, 20 jan 1960, p.13.



Figura 03  
P.A. 7171, com traçado do Parque Urugumirim, sobreposto a imagem de satélite da Maré hoje.  
Arte: Millene Palha. 2025.

Em 1959, o Parque já estava incluído no plano de obras públicas da cidade elaborado pela recém-criada Sur-san/ Superintendência de Urbanização e Saneamento, de cujo orçamento para o ano seguinte constava para sua urbanização o triplo da verba prevista para o desmonte do Morro de Santo Antônio, e 50% acima do previsto para obras de finalização da Avenida Radial Oeste<sup>6</sup>. E em abril de 1960, os terrenos necessários para a construção do parque ao longo da avenida Brasil já estavam desapropriados<sup>7</sup>. Tudo parecia pronto

<sup>6</sup> ver 194ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 4ª Legislatura, em 11.12.1959 in: *Anais do Senado Federal*, 1959. 5

<sup>7</sup> “O IV Centenário” in: *Correio da Manhã*, 23 abr 1960, p.6.



para um aterro sem precedentes sobre a Baía de Guanabara, onde seria criado um gigantesco parque público batizado em homenagem à batalha que marca a imposição do domínio colonial português sobre terras indígenas da região que veio a ser a cidade do Rio de Janeiro. Mas o projeto do Parque – bem como o da Avenida Guanabara, que lhe daria acesso sobre o mar – foi suspenso assim que Lacerda assumiu o governo do novo estado da Guanabara, em dezembro de 1960. E curiosamente, apenas três dias após sua posse já se noticiava o Parque Uruçumirim “no aterro decorrente do desmonte do morro de Santo Antonio”<sup>8</sup>. Ou seja, exatamente onde o mesmo Lacerda faria surgir o Parque do Flamengo, com apoio de sua amiga pessoal Lota, nomeada Coordenadora da Comissão Especial para Execução do Aterro.

<sup>8</sup> “Parque Uruçumirim”, in: *Jornal do Commercio*, 8 dez 1960, p.4.

As disputas entre Reis e Lota em torno do projeto para o Aterro do Flamengo foram acirradas – enquanto ele defendia as pistas de alta velocidade em detrimento do parque, ela privilegiava as áreas verdes, segundo projeto substitutivo e afinal construído de Affonso Eduardo Reidy, que alternava com Reis a direção do Departamento de Urbanismo da Prefeitura<sup>9</sup>. No esforço de desqualificar o projeto, Reis chegou a tentar chamar atenção para a escassez de áreas verdes na zona norte:

“Na verdade a população precisa de parques. Mas onde se faz necessário principalmente é na zona norte. No entanto, nesta zona, foi inutilizada a única área disponível, destinada a parque, que teria contato com o mar, conforme projeto 7171 (Avenida Guanabara), que foi revogado. Com a revogação desse projeto a construção de favela foi intensificada e a área foi liberada para instalação de indústria. Quer dizer que a população suburbana, tão ressentida de áreas de recreação, ficou prejudicada por mais esta atitude da atual administração. (Parque Uruçumirim defronte à Cidade Universitária)”<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Em 1948, como diretor do Departamento de Urbanismo, Reidy coordena o projeto de urbanização do Centro do Rio de Janeiro que será a base para o desenvolvimento posterior do Aterro e Parque do Flamengo. José de Oliveira Reis reassume a direção de 1956 a 1960, e novamente em 1962-3. Faria, Rodrigo de. *Urbanismo na administração municipal brasileira: José de Oliveira Reis e a engenharia na construção-institucionalização de um campo profissional*

<sup>10</sup> Reis, José de Oliveira. “As Pistas do Aterro do Flamengo”, manuscrito, 1963. apud: Faria, Rodrigo de. *Urbanismo na administração municipal brasileira: José de Oliveira Reis e a engenharia na construção-institucionalização de um campo profissional*

A opção vitoriosa, no entanto, foi substituir o projeto do parque na Maré por esforços e investimentos no aterro Glória-Flamengo. O que deu nitidez e imagem pública ao plano lacerdista para a cidade: embelezamento e erradicação de favelas de áreas valorizadas pelo capital imobiliário, com o deslocamento de seus moradores para habitações provisórias de madeira localizadas em áreas suburbanas e de infraestrutura escassa ou inexistente. Tal como o Centro de Habitação Provisória da Nova Holanda, construído em área aterrada na Maré para receber população removida de várias favelas da cidade, como a Favela do Esqueleto, no Maracanã, e a Praia do Pinto, no Leblon (Diniz et al, 2012). Se a remoção da Favela do Esqueleto deu

lugar ao campus da atual UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Torres Costa, 2025), o terreno resultante da remoção da favela da Praia do Pinto, comercializado logo após a remoção das casas,<sup>11</sup> (Figura 034) passou a abrigar um condomínio com mais de 2 mil apartamentos destinados prioritariamente a militares, de elevado valor imobiliário<sup>12</sup>, além de um shopping sofisticado. De tal modo que quase poderíamos dizer que o Parque do Uruçumirim está para o Parque do Flamengo assim como a Nova Holanda está para o shopping Leblon. Uma mesma lógica excludente e segregacionista que conjuga remoção com limpeza, e aterro com desterro. E nesse sentido, assim como a América é lida por Luiz Rufino como o “aterro

11 “Vende-se a Praia do Pinto”.  
*Correio da Manhã*, 18.jun.1970

12 Em novembro de 2025, o valor anunciado para venda de um apartamento de 84 m2 na Selva de Pedra, com 3 quartos e 1 vaga de garagem, girava em torno de 2 milhões de Reais. Ver patrimonivel.com.br. Acesso em 20/11/2025

# VENDE-SE A PRAIA DO PINTO



**A V I S O**  
SECRETARIA DO GOVÊRNO - GB  
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS - SEPE  
“PRAIA DO PINTO”

Chamamos a atenção dos interessados para a Concorrência Pública de venda dos lotes n.ºs “1” a “3” da Quadra “A” e “3” a “5” da Quadra “B” na “Praia do Pinto”, a se realizar no dia 25 de junho de 1970, às 15 horas, na sede da Secretaria do Governo, 3.º andar, à rua Pinheiro Machado, sem número (Palácio Guanabara).

Os preços e demais condições constam do Edital publicado no Diário Oficial da Guanabara, parte I, dias 25, 26 e 27 de maio de 1970, fls. 8638/8639, 8717/8719 e 8798/8799. Poderão licitar as “pessoas físicas” ou “pessoas jurídicas”, comerciantes ou não, “consórcios” ou “grupos de firmas”, com idoneidade financeira comprovada para execução do projeto de construção no lote.

Rio, 29/5/70

ALOYSIO DE ANDRADE Eng.º - mat. 84 152 Presidente da Comissão de Concorrências da SEPE



**SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS**  
**GOVÊRNO DO ESTADO DA GUANABARA**

Figura 04  
Correio da Manhã, 18.jun.1970.  
Fonte: Hemeroteca Digital

que custeou a sustentação da Europa como centro” (Rufino, 2021, p. 69), a Maré talvez possa ser lida como o aterro que sustentou a centralidade da Zona Sul carioca.

## Aterrar: desterrar ou resistir?

Na verdade, do cruzamento entre diversas fontes bibliográficas (Amador, 2013; Barbosa et al, 2021; Jacques, 2002; Bastos e Drach, 2024; Diniz et al, 2012 e 2013; Gonçalves e Ferreira, 2019), jornais de época (Correio da Manhã, Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, O Globo), periódicos atuais (Maré de Notícias), imagens fotográficas (acervo do Museu do Maré e Fundo Anthony Leeds, da Fiocruz), observação direta e diálogos com moradores em visitas de campo<sup>13</sup>, a Maré emerge como um complexo não só de favelas mas também de aterros, construídos em diferentes momentos nos últimos cem anos através diferentes processos construtivos, diferentes agentes e com diferentes materiais (ora pelo poder público, ora pelos próprios moradores e até pela Igreja, com terra proveniente de morros arrasados, areia dragada do fundo da Baía, saibro, carvão, serragem, entulho, lodo ou lixo). Ninguém sabe ao certo quantas toneladas de matéria orgânica e inorgânica foram despejadas aí, quando, onde, e qual sua origem. Por isso, embora os aterramentos sejam um elemento-chave para

<sup>13</sup> As visitas de campo foram realizadas entre março de 2024 e novembro de 2025. Sou especialmente grata a Soraia Claudino e Marli Damascena, ambas moradoras da Maré, nascidas e criadas respectivamente em Rubens Vaz e Morro do Timbau, que compartilharam suas memórias pessoais e familiares sobre processos de aterros na região.

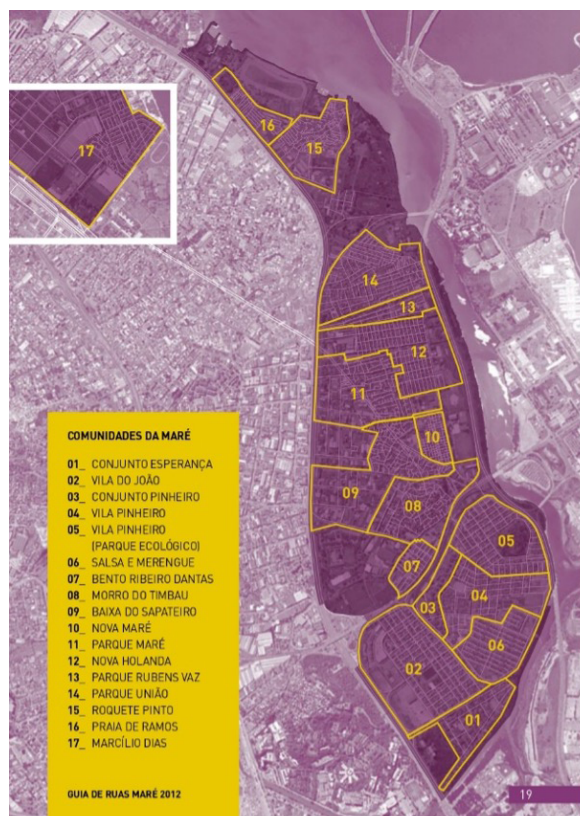


Figura 05  
Mapa da Maré, 2012.  
Fonte: Guia de Ruas Maré 2012



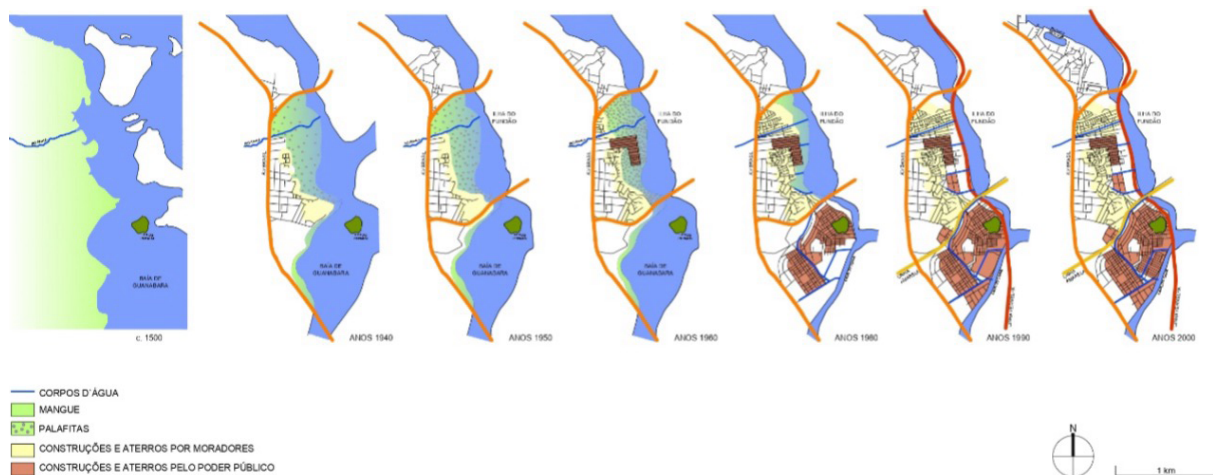


Figura 06  
 Expansão urbana da Maré.  
 Arte: Daniel Lavinas, 2025

a compreensão da evolução e da morfologia urbana, bem como da própria territorialidade da Maré, eles raramente aparecem nas representações cartográficas - por si só já bastante escassas em áreas de favelas (Figura 05). Mapeamentos realizados nos últimos anos (Berenstein-Jacques, 2002; Bastos e Drach, 2024) vem buscando, no entanto, cobrir essa lacuna. Neles, a drástica redução do espelho d'água chama atenção de imediato, mas ficam evidentes também as relações entre as dinâmicas de aterramento e as diferentes morfologias urbanas encontradas na Maré hoje. Como se vê nos mapas esquemáticos da expansão urbana da Maré (Figura 06), a morfologia tende a ser mais orgânica onde os aterros foram feitos de forma gradual pelos moradores, como a Baixa do Sapateiro, enquanto em Nova Holanda, cujo aterro resulta de ação governamental, o traçado ortogonal e mais uniforme original de algum modo se mantém, a despeito dos inúmeros acréscimos e transformações ao longo do tempo.

Segundo Elmo Amador (2013), os primeiros movimentos de terra na área datam provavelmente da década de 1920, para a construção do porto na Praia de Maria Angú e aterros na enseada de Inhaúma pela Empresa Melhoramentos<sup>14</sup>. Na década de 1930, novos aterros foram realizados pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense para a construção da variante Rio-Petrópolis, embrião do que é hoje a Avenida Brasil. E foi de fato com a construção da Avenida, inaugurada em 1946, que os movimentos de terra aumentaram significativamente. Em parte em função de aterramentos da Baía conduzidos pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em

14 A Praia de Maria Angú, que junto com a Praia de Apicú formaria a Praia de Ramos, passaria por vários aterros. Com seus banhos de mar à fantasia, a Praia de Ramos tornou-se uma referência para a cidade, a ponto de ser chamada "Copacabana do Subúrbio". Foi, no entanto, declarada imprópria para banho em função do despejo de esgoto na Baía, na década de 1970. Na década seguinte foi ampliada por meio de aterro de 100 m sobre o mar, com areia proveniente de Coroa Grande (a c. 80 km de distância) e da própria Baía de Guanabara. E em 2001 construiu-se ali o único equipamento público de lazer aquático da Maré: o "Piscinão de Ramos", uma piscina artificial com água salgada tratada, cercada por equipamentos de esportes e lazer. Ver Euclides, Helio. "Cada mergulho é um flash completa duas décadas". 4





Figura 07  
O Globo, 9.jun.1979.  
Fonte: Hemeroteca Digital

parte pela população atraída pelas novas oportunidades de emprego no canteiro de obras da Avenida e das indústrias que iam surgindo às suas margens. A impossibilidade de arcar com os custos de moradia nos subúrbios já consolidados, essa população foi ocupando de maneira precária áreas alagadiças no entorno da Baía. Data dessa época também a construção do Canal do Cunha (Dias e Cunha, 2017), formado pelo encontro dos rios Jacaré e Faria Timbó e pela junção dos canais de Benfica e Manguinhos numa única saída para a Baía de Guanabara, bem como da refinaria de Manguinhos, inaugurada em 1954 também sobre área aterrada previamente pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, e antes ocupada por um aeroporto. Já a construção mais ou menos simultâ-

nea (1949-1952) da Cidade Universitária levou a um gigantesco movimento de terra para criação de uma única ilha (Fundão), a partir da fusão de um arquipélago de oito ilhas. E ainda na década de 1950, a Igreja, através da Cruzada São Sebastião (sociedade civil de fins filantrópicos e de utilidade pública), recebeu do governo federal autorização para aterrar e vender uma extensa área hoje conhecida como Marcílio Dias, como meio de gerar recursos financeiros para viabilizar seu próprio projeto de urbanização de favelas na cidade, ligado ao cerco aos comunistas (Gonçalves e Ferreira, 2019)<sup>15</sup>.

Paralelamente, moradores de diferentes localidades do que hoje é a Maré foram construindo, além de suas casas, o seu próprio chão, por meio de aterros feitos por conta própria - muitas vezes juntando entulho sob os barracos de madeira para garantir alguma possibilidade de resistir às ameaças constantes de remoção, intensificadas com o regime militar e o imenso aterro traçado no âmbito do Promorar/Programa de Erradicação da Subabitação, financiado pelo BNH/Banco Nacional de Habitação e mais conhecido na Maré como Projeto-Rio (1979-1982) (Figura 07). Não por acaso, o programa ficou nas mãos de um agente central também na construção da rodovia Transamazônica e da Ponte Rio Niterói, dois dos símbolos máximos do afã desenvolvimentista e rodoviarista do período militar: o então Ministro do Interior do governo Figueiredo, Coronel Mário Andreazza - que o historiador Pedro Campos identificou como "o elo de ligação entre os empreiteiros com as forças armadas e a ditadura" (Campos, 2013, p.290).

Segundo Elmo Amador (2013), o projeto de Andreazza continha "os mesmos ingredientes e propósitos do Cais de Saneamento, formulado pelo governador Carlos Lacerda na década de 1960": o aterro de 23 km<sup>2</sup> de manguezais sobre a Baía de Guanabara, a erradicação da favela da Maré, a construção da Linha Vermelha, a duplicação da Avenida Brasil, a ligação ao continente das Ilhas do Fundão e do Pinheiro (antiga Ilha dos Macacos) e a eliminação da Praia de Ramos. Impulsionado por essa visão tecnicista-sanitarista-rodoviarista, e sob o pretexto de urbanização da favela e do saneamento nunca cumprido da Baía de Guanabara, o Projeto Rio tornou-se um marco histórico na erradicação das palafitas, onde morava então cerca de 1/3 da população da Maré (sobretudo na Baixa do Sapateiro e Parque Maré). O plano vingou só em parte, porém, devido a um processo de mobilização local que levou à criação da Codefam/Comissão de Defesa das Favelas da Maré, em 1979, e à organização de

<sup>15</sup> Pelo Decreto Federal no 39.635, de 19 de julho de 1956, a Cruzada recebeu quatro áreas definidas como "terras baixas e alagadiças de terrenos de marinha e acrescidos e as que venham a ser conquistadas ao mar, para serem saneadas, melhoradas e preparadas para seu racional aproveitamento". A área específica em questão, onde alguns pescadores já haviam se instalado sobre palafitas na década anterior, foi demarcada "entre a margem da Avenida Brasil e os alinhamentos projetados para o prolongamento da Rua Lobo Júnior, a orla marítima e alinhamento projetado de prolongamento do Canal do Rio Irajá", o que corresponde a uma gleba de c. de 1,5 km<sup>2</sup> onde hoje se situam o mercado de São Sebastião, a fábrica da Kelson's e o conjunto habitacional de Marcílio Dias. Ver Gonçalves, Rafael e Ferreira, Caren Caroline Paulo. "Aspectos urbanísticos da atuação da Cruzada São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro".

<sup>16</sup> Convém ainda destacar o paralelismo entre a erradicação das palafitas da Maré e de Alagados, na Bahia, na época considerada a maior favela palafítica da América Latina. Ver Amador, Elmo. "O Éden perdido"..

um amplo movimento de resistência à realocação de moradores em conjuntos habitacionais distantes, que resultou na construção da Vila do João (1983). Ainda de acordo com Elmo Amador<sup>16</sup> (2005), a articulação entre moradores organizados e ambientalistas foi fundamental para a redução dos aterros previstos. Nesse sentido, o chão *mareense* revela-se uma infraestrutura chave dentro do estudo das complexas relações de poder em jogo no processo de conformação da cidade. Nesse imenso complexo de aterros estão inscritos muitos dos conflitos e negociações entre um Estado ditatorial e uma comunidade organizada que, ao construir seu chão, construiu também sua cidadania, no quadro da produção não só do espaço mas do próprio solo urbano (Figura08).

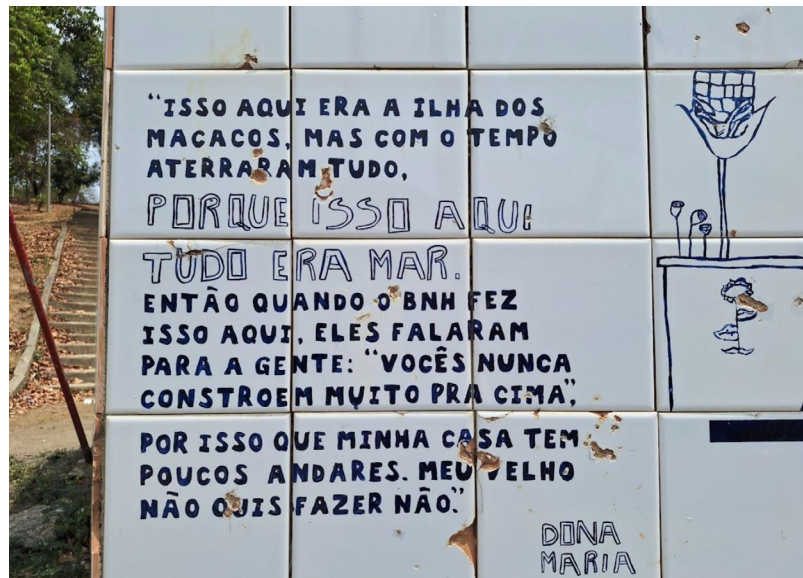


Figura 08  
Painel de azulejos no Parque ecológico da Maré  
Foto: Ana Luíza Nobre. 2024

## Um complexo a ser desaterrado

Reconhecer a dimensão de resistência inscrita no chão da Maré não significa, porém, ignorar as condições insalubres e os riscos cotidianos associados a uma favela palafítica, nem o impacto socioambiental dos sucessivos aterros e canalizações às dinâmicas da Baía da Baía de Guanabara. Além de condenar os moradores a um grau de degradação socioambiental inaceitável, os danos ao ecossistema local acumulados ao longo do tempo são incontestáveis e dificilmente reversíveis: poluição da Baía, extinção de espécies aquáticas, assoreamento e erosão da orla, redução da quantidade de oxigênio na água, contaminação do lençol freático, alteração dos cursos d'água e padrões de drenagem,

obstrução dos fluxos hídricos, entre outros. Soma-se a isso a completa reconfiguração do perfil litorâneo carioca, da sua geomorfologia e das relações paisagísticas da Baía e seu entorno. Tudo isso está ligado a formas de ocupação, atividades industriais e práticas construtivas altamente predatórias que se impuseram ao longo do tempo sobre os manguezais nativos, desconsiderando suas características e importância para a proteção das linhas de costa, a manutenção da qualidade da água e como abrigo de várias espécies vegetais e animais. (Amador, 2013). Contrariou-se também uma forma de ligação ancestral e respeitosa com a água, considerada base de proteção, alimentação, transporte e comércio. Uma relação que está associada justamente à origem de comunidades palafíticas espalhadas por vários continentes, cujos primeiros vestígios, datados de 3000 a.C, foram encontrados em lagos que hoje são território suíço (Bajamón e Álvarez, 2009). Desse ponto de vista, é sintomático que em vez de edificações elevadas sobre finos esteios de madeira, tipologia de longa tradição que permite o fluxo natural das águas sob as casas, predominem hoje na Maré construções em alvenaria comuns a assentamentos precários e pauperizados em inúmeras áreas periféricas das cidades brasileiras, com densidade populacional e taxas de ocupação muito superiores a qualquer limite razoável para garantir o mínimo de aeração e salubridade.

Na verdade, o acúmulo de aterros, somado a uma série de fatores como adensamento contínuo, precarização da infraestrutura urbana, mortificação dos cursos d'água, baixa permeabilidade do solo, insuficiência do serviço público de limpeza urbana, descarte inadequado de resíduos e localização costeira - via de regra em cota inferior aos eixos rodoviários que definem seus limites - torna a Maré hoje particularmente vulnerável a problemas socioambientais que vem se agravando nas últimas décadas. Não por acaso, o conjunto de favelas já foi classificado pela Prefeitura Municipal como área de "propensão muito alta a inundações e altas temperaturas", a exigir atenção redobrada em função da sua combinação perigosa com a exposição a doenças de veiculação hídrica (como diarreia e leptospirose), entre outros fatores (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2016). Uma parte significativa, situada até 1,5 m acima do nível do mar, também já está mapeada pelo poder público desde 2008 como uma das áreas da cidade mais sujeitas a alagamento pela elevação do nível do mar (Ottoni e Maia, 2022; Mendonça e da Silva, 2008). Isso inclui a favela Nova Holanda - cuja denominação, não por acaso, faz a alusão à drenagem de terras alagáveis que resume o ímpeto dominador



do Reino dos Países Baixos, “um antigo império colonial e escravocrata que vai do Suriname a Indonésia, passando pela África do Sul, e hoje é constituído por seis territórios ultramarinos no Caribe”, como bem lembra Malcom Ferdinand (2022, p.28).

Ao lado de levantamentos, mapeamentos e parametrizações tecnocientíficas voltadas para a avaliação e o monitoramento da exposição e vulnerabilidade da região, torna-se urgente, assim, abrir novos horizontes à construção da história e à imaginação política e projetual da Maré. Nesse sentido, trata-se de incorporar um outro ponto de vista também às análises que tem considerado o chão da Maré basicamente do ponto de vista do uso do solo, da sua cota e/ou posição geográfica, enquanto outros aspectos constitutivos são ignorados, particularmente do ponto de vista da sua biodiversidade (de patógenos, inclusive). E se a situação sem dúvida crítica das palafitas da Maré foi sempre respondida pelo poder público com remoção e aterros indiscriminados, sem consulta aos moradores e sem incluir medidas compensatórias efetivas, não significa que não se possa inverter o sentido da relação com a água, de estratégias de combate para estratégias de convivência. Rondinelly Medeiros (2019) já examinou experiências recentes no sertão semiárido brasileiro que podem constituir referências nesse sentido, pela busca de relações de reciprocidade radical com as diversas condições do bioma. No caso, isso seria um pouco como recuperar as origens da Maré, já que foi também a água que fez surgir as colônias de pescadores locais, hoje em luta por sua sobrevivência e praticamente restritas ao Parque União e a Praia de Ramos.

## Reanimar o imaginário

Talvez se possa então pensar o chão antropizado da Maré como uma *bioinfraestrutura* básica, nos termos propostos por Bellacasa (2014): como toda infraestrutura, essencialmente relacional e invisível – ou melhor, com uma dimensão de invisibilidade que “dá sentido ao visível” –, associada a um caráter ecológico como componente imprescindível de uma socialidade complexa a ser reconhecida, respeitada e fortalecida. Nesse sentido, recolher histórias e narrativas humanas que amarram a Maré ao chão pode ser um passo importante. Colonizar e desterrar, afinal, são praticamente sinônimos. E o desterramento aqui também é parte crucial do processo de modernização/urbanização/periferização da cidade. Sendo que o terreno sobre o qual passou o trator civilizatório, na Maré, foi – e é – a água. Não por acaso, é a esse desterro funda-

cional que voltam quase sempre as memórias locais, tanto no museu comunitário<sup>17</sup> local quanto em conversas miúdas pela rua. “Águas encantadas da Baía de Guanabara” pelas quais navegam também estudos recentes sobre relações e práticas socioculturais em praias desaparecidas dos subúrbios cariocas (Barbosa et al, 2021).

Tudo isso envolve reanimar o imaginário, como sugere Maria Puig de la Bellacasa (2019), desconstruindo a ideia de que o chão - na sua dobra semântica com solo, T(t)erra e território - é uma matéria inerte e irrelevante, sujeita a manipulação humana e considerada uma espécie de pano de fundo sobre o qual se erguem edificações e se deposita lixo. Ver o chão como vida, e não imundície. Passá-lo “de fundo a foco”, como sugere a autora. Alimentar um enraizamento comum por meio do qual seja possível ativar mundos e fomentar a construção de comunidades mais que humanas – um emaranhado heterogêneo e incontável de seres humanos, plantas, cachorros, pombos, ratos, fungos, líquens, formigas, cavalos, todas as espécies conhecidas e desconhecidas que coabitam na Maré,

<sup>17</sup> O Museu da Maré, localizado no Timbau, é um museu comunitário inaugurado em 2006 por iniciativa encabeçada pelo CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré). Sua concepção museográfica é marcada por “tempos” estruturados em 12 módulos, a começar pelo Tempo da Água, ao qual se seguem o Tempo da Casa, da Migração, da Resistência, do Trabalho, da Festa, da Feira, da Fé, do Cotidiano, da Criança, do Medo e do Futuro. Ver [museudamare.org](http://museudamare.org)



Figura 10  
Aterro vivo sobre o canal do Conjunto Pinheiro.  
Foto: Ana Luíza Nobre. 2024



Figura 09  
"Rola-rola" no Museu da Maré.  
Foto Ana Luíza Nobre. 2023

algumas mais toleradas que outras, algumas mais microscópicas que outras, algumas mais companheiras que outras.

<sup>18</sup> Definido pelo Museu da Maré como "artefato inventado na comunidade da Maré para buscar água na fonte. Consiste em um barril calafetado com betume, munido de uma alça de metal e envolto com borracha de pneu de caminhão para rolar com maior facilidade. A madeira utilizada era ipê ou maçaranduba, ambas fortes o suficiente para resistirem à umidade. Ter um rola-rola em casa era sinal de prestígio na comunidade dos anos quarenta do século XX até a década 1980, quando finalmente chegou água encanada na região e o rola-rola passou de objeto utilitário a objeto de memória". Ver <https://www.facebook.com/museudamaré>. Acesso em 02/09/2024.

<sup>19</sup> Orozina Vieira, mulher negra considerada "marco zero" da Maré, por ter iniciado a ocupação no Morro do Timbau, na década de 1940.

Até porque na Maré, é insustentável a ideia de que o chão é algo dado. Com exceção do Morro do Timbau, cuja topografia garantiu terra seca para as primeiras ocupações, o chão da Maré é praticamente todo antropogênico (incluindo-se aí as onipresentes lajes de concreto, que podem ser consideradas um "chão aéreo"). Quase tudo em que se pisa aí é construído, por máquinas ou braços. Seja por meio de grandes movimentos de terra, seja por acúmulo de carvão, seragem, entulho, lixo, o chão é parte inextrincável do vasto cosmos chamado Maré. Não por acaso, todas as memórias locais o invocam: das palafitas ao "rola-rola"<sup>18</sup> (Figura 09), dos manguezais às vias expressas que os substituíram, da mítica Dona Orozina<sup>19</sup> às lembranças familiares de antigos moradores e moradoras da Nova Holanda, é aí que se assenta a casa, o trabalho, a esperança, o sagrado, a brincadeira, o jogo, os vínculos, o terreiro, a comida, o lixo, o medo, o lazer, a saúde, a doença, a opressão, a liberdade, a política,



o território. É aí que está a vida, enfim, no seu ciclo infinito com a morte. Na sua impureza, toxicidade e inacabamento congênitos, o chão mareense expurga de vez o credo modernista da *tabula rasa* – o mundo novinho em folha à espera de um projeto redentor – e nos obriga a pisar em modo de atenção porque os tropeços são inevitáveis onde tudo é poliforme, assimétrico, desgrenhado, incongruente, dinâmico, incerto, errante. Vivo (Figura 10).

Estranha contraparte, chama atenção ao mesmo tempo o piso nivelado e impermeabilizado com lajotas de porcelanato branco, encontrado em vários espaços interiores e quase sempre mantido impecavelmente limpo. Refratário e insubmisso, faz os pés sentirem uma passagem entre domínio público e privado que nem sempre existe ou é legível em espaços de favelas. E incita mesmo a revisar essas e outras categorias de longa vigência no urbanismo, tão mistificadas e romantizadas, que envolvem o poder tantas vezes abusivo do Estado e se mostram insustentáveis quando se caminha pela Maré.

## Considerações finais

A pesquisa mostra que a construção da história da comunidade ribeirinha que é a Maré não pode deixar de lado a história material e política da construção dos seus aterros, sobre o qual ainda tão pouco se sabe. Do ponto de vista técnico, compreender como foram construídos, quando, com que materiais e processos pode ajudar a mitigar riscos ligados a problemas de saneamento e estabilidade estrutural que tendem a se agravar em terrenos resultantes de aterros, sobretudo em áreas de intensa expansão vertical. Mas o chão da Maré pode também ajudar a destravar, e talvez mesmo reencantar o imaginário projetual, urbano e político, ao emergir como fundamento da produção de alternativas para a superação da injustiça ambiental, a potencialização de sentidos comunitários e a reorientação do sentido de política para a construção de ecossistemas urbanos mais equitativos e saudáveis<sup>20</sup>.

Irredutível a qualquer gênero tradicional de projeto, mapeamento ou enquadramento acadêmico, o chão antropogênico da Maré é reivindicado aqui como uma bioinfraestrutura ambivalente que traz consigo devastação e perigo, fertilidade e potência. Sua contínua expansão e reinvenção desafia a conceber modos não antropocêntricos e descolonizantes de fazer mundos e urdir práticas políticas plurais, no cruzamento de todas as forças, tempos e seres entre terras e águas.

Ver <https://riomemorias.com.br/memoria/dona-orosina-uma-mare-feminina/#:~:text=Falecida%20em%201994%2C%20j%C3%A1%20centen%C3%A1ria,para%20serem%20rezadas%20por%20ela>.

<sup>20</sup> Ver o “Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”, trabalho pioneiro de mapeamento de lutas por justiça ambiental no país, que atualmente reúne 674 casos – 44 dos quais localizados no estado do Rio de Janeiro, nenhum deles na Maré. . <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso em 06/10/25



Figura 11  
Maré, um complexo de aterros.  
Colagem digital por Affonso Dalua, Daniel Lavinas, Millene Palha e IA, com base em fontes diversas. 2025

Afinal, se a Maré é produto da combinação mais perversa entre um sistema infraestrutural urbano baseado em autopistas, aterros e canalizações com políticas habitacionais baseadas em remoções e deslocamentos forçados, ela é também uma comunidade ribeirinha multiespécies extremamente vibrante e complexa, que nos desafia constantemente a rever modos pelos quais construímos mapas, histórias e mundos (figura 11).

## Referências

- ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997.
- AMADOR, Elmo. "O Éden perdido". Entrevista de Elmo Amador a Marcos Sá Correa. *O eco*. 21 dez 2005. Disponível em [https://oeco.org.br/reportagens/10941-oeco\\_15088/](https://oeco.org.br/reportagens/10941-oeco_15088/) (Acesso em 12/02/2024)
- \_\_\_\_\_. *Baía de Guanabara. Ocupação histórica e avaliação ambiental*. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

BARBOSA, Jorge Luiz; CUNHA, Diogo e BARBOSA, Anna Thereza de Andrade. *As águas encantadas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Numa, 2021.

BAHAMÓN, Alejandro e ÁLVAREZ, Ana Maria. *Palafita. Da arquitectura vernácula à contemporânea*. Lisboa: Argumentum, 2009.

BASTOS, Lucivaldo Dias e DRACH, Patricia Regina Chaves. "Mapeamento do processo de evolução urbana do Complexo da Maré, Rio de Janeiro". *Revista de Morfologia urbana*. v. 12, n.1, 2024, s/p. Disponível em <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/336> (Acesso em 05/10/2025) CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: editora da UFF, 2013.

COSTA, Emmanuelle Torres. *Morte e vida da Favela Esqueleto. A construção de social de um espaço marginalizado da cidade do Rio de Janeiro (1934-1965)*. Rio de Janeiro: ed. PUC-Rio, 2025.

DIAS, Luisa Schneider M e CUNHA, Sandra B. "Mudanças nos canais fluviais da sub-bacia do Canal do Cunha (RJ): intervenções antrópicas" in: *Revista Equador* (UFPI), vol. 6, n.2, 2017, p.23-43. Disponível em <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador> (Acesso em 19/02/25)

DINIZ, Edson et al. *Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

\_\_\_\_\_. *Memória e Identidade dos Moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013. EUCLIDES, Helio. "Cada mergulho é um flash completa duas décadas". *Maré de notícias*, 6/jul/21 Disponível em: <https://mareonline.com.br/cada-mergulho-e-um-flash-completa-duas-decadas/> (Acesso em 19/02/24)

FARIA, Rodrigo de. "Urbanismo na administração municipal brasileira: José de Oliveira Reis e a engenharia na construção-institucionalização de um campo profissional". *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, n. 25, p. 14-37, 14 mar. 2020. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29091>. (Acesso em 06.10.2025)

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.

GONÇALVES, Rafael e FERREIRA, Caren Caroline Paulo. "Aspectos urbanísticos da atuação da Cruzada São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro". *Sociedade em debate* (Pelotas), v. 25, n. 1, jan./abr. 2019. p. 211-223.

GUIA de Ruas Maré 2012. Rio de Janeiro: Redes da Maré/Observatório de Favelas, 2012.

INSTITUTO BURLE MARX/MUSEU DE ARTE MODERNA. *Lugar de Estar: o legado Burle Marx*. Rio de Janeiro, 2023.

JACQUES, Paola Berenstein. "Cartografias da Maré" in: VARELLA, Drauzio et al. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p.13-65.

MEDEIROS, Rondinelly Gomes. "Mundo quase-árido". *Ilha*. v.21. n.1, junho de 2019, p.21-37. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2019v-21n1p21/40973> (Acesso em 06.10.2025)

MENDONÇA, Maria Luiza Furtado de; DA SILVA, Luiz Roberto Arueira. *Áreas da cidade passíveis de alagamento pela elevação do nível do mar, IPP/Prefeitura do Rio de Janeiro*, 2008.

NÓBREGA Jr, Edson Diniz et al. *Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

O IV Centenário” in: *Correio da Manhã*, 23 abr 1960, p.6.

OTTONI, Bianca e MAIA, Steffani. “Alagamentos na Maré: Nova Holanda ou Nova Veneza?” *Maré de Notícias*, 20 jan 22

PAES E SILVA, Lays Helena. «Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro», *e-cadernos CES* [Online], 17 | 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/eces/1123>. (Acesso em 02.out.2025).

“Parque Ibirapuera do Rio vai chamar-se Uruçu-Mirim” in: *Correio da Manhã*, 16 dez 1958, p.9.

“Parque Uruçumirim”, in: *Jornal do Commercio*, 8 dez 1960, p.4

PEREIRA, Margareth da Silva (org). *Jardim de memórias. Parque do Flamengo. 50 anos*. Rio de Janeiro: Centro Cultural dos Correios, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/COPPE UFRJ/ CENTROCLIMA. *Estratégia de adaptação às mudanças climáticas da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: PMRJ/Coppe, dez. 2016.

“Projeto Rio. Governo acaba com as 6 favelas da Maré” in: *O Globo*, 9 jun 1979. p.10.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. “Encountering bioinfrastructure: Ecological struggles and the sciences of soil”. *Social Epistemology*, 28, 2014. p. 26–40.

\_\_\_\_\_. “Re-animating soils: Transforming human–soil affections through science, culture and community”. *The Sociological Review*, 67 (2), 2019. p. 391-407.

Redes da Maré. *Censo Populacional da Maré*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em [https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare\\_WEB\\_04MAI.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf) (Acesso em 05/10/2015)

“Rio quando fizer 400 anos vai ganhar o Uruçumirim: presente de aniversário” in: *Jornal do Brasil*, 20 jan 1960, p.13.

RUFINO, Luiz. *Vence-demanda. Educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SENADO FEDERAL. *Anais do Senado Federal*, 1959, Livro 10. p.245. Disponível em [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/anais\\_republica/1959/1959%20livro%2010.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/anais_republica/1959/1959%20livro%2010.pdf) (Acesso em 20.02.2025)

SILVA, Henrique, “Maré é Bairro” in: *Maré de Notícias*, edição 157, fev 2024, p.5.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas*. Brasília: IEB/Mil Folhas, 2019.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo & JACQUES, Paola Berenstein. *Maré vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

“Vende-se a Praia do Pinto”. *Correio da Manhã*, 18.jun.1970